

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 236 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: 61 - 2023 - 7140 - www.turismo.gov.br

CONTRATO Nº 020/2018

PROCESSO Nº: 72031.008291/2018-65

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E A ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2ª e 3ª andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, Senhor **BABINGTON DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.250.758, expedida pela SESPDS-DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 966.860.656-68, residente nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 450, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2018, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.868.035/0001-00, sediada à Rua José Borges da Costa, nº 155, Alto da Boa Vista – Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-660, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato, representada pelo seu Presidente, o Senhor **FRANCISCO DE ASSIS LEITE**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.970.011, expedida pela Secretaria de Defesa Social/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 249.996.104-00, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com o que consta do **Processo Administrativo nº 72031. 008291/2018-65**, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 012/2018, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de entidade promotora do evento "22ª AVIRRP 2018-Encontro Nacional das Agências de Viagem", a ser realizado em 03 e 04 de agosto de 2018, no Centro de Eventos Taiwan, em Ribeirão Preto – SP para a prestação de serviço de locação de 60 (sessenta) m² de espaço físico e montagem do estande do Ministério do Turismo no referido evento

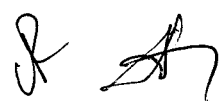
2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1. Este Contrato guarda consonância com as normas contidas no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93 atualizada, vinculando-se, ainda, à Inexigibilidade de Licitação nº 012/2018, à Proposta da **CONTRATADA**, à Nota Técnica nº 34/2018/CETIN/CGEV/DEMAC/SNPTur, ao Projeto Básico, à respectiva

Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo nº 72031.008291/2018-65 que, independentemente de transcrição, integram e complementam este Instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 3.3. Apresentar relatório de execução dos serviços prestados no evento em até 30 (trinta) dias após a sua realização.
- 3.4. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 3.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 3.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 3.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 3.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 3.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 3.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 3.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 3.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 3.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja



satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 4.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 4.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

- 5.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua assinatura.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

- 6.1. Pela execução do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$ 88.520,00 (oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais)**.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 7.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, da execução do serviço, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa Conjunta nº 480, de 15/12/2004, publicada no D.O.U. de 29/12/2004, Seção I, p. 275, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.
- 7.2. **PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O não pagamento do valor acordado na Cláusula Sexta deste Contrato na respectiva data de vencimento sujeitará a **CONTRATANTE** ao pagamento de multa moratória equivalente a 1% (um por cento) do valor acordado e juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das eventuais perdas e danos sofridos pela **CONTRATADA**.
- 7.3. **PARÁGRAFO SEGUNDO.** A **CONTRATANTE** não fará nenhum pagamento à **CONTRATADA** antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.
- 7.4. **PARÁGRAFO TERCEIRO.** Na hipótese de atraso no pagamento, fora do prazo estabelecido, cuja Nota Fiscal/Fatura foi devidamente atestada e protocolada, em que a **CONTRATADA** não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento.
- 7.5. **PARÁGRAFO QUARTO.** O pagamento somente ocorrerá se a **CONTRATADA** estiver em situação regular e válida no cadastro do SICAF, inclusive com os documentos nele exigidos.
- 7.6. **PARÁGRAFO QUINTO.** Se na data da liquidação da obrigação por parte da **CONTRATANTE** existir qualquer um dos documentos exigidos pelo cadastro do SICAF com validade vencida, a **CONTRATADA** deverá providenciar a(s) sua(s) regularização(ões) junto à unidade cadastradora no referido



sistema, ficando o pagamento pendente de liquidação até que sua situação seja tornada regular, reiniciando-se, a partir do dia que seja sanada a irregularidade, o prazo para pagamento, sendo que a **CONTRATADA** se obriga a comunicar a **CONTRATANTE** da regularização no SICAF.

7.7. **PARÁGRAFO SEXTO.** A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o pagamento, se o serviço for executado em desacordo com as especificações constantes deste Contrato.

7.8. **PARÁGRAFO SÉTIMO.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal/Fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços.

7.9. **PARÁGRAFO OITAVO.** Qualquer erro ou omissão que venha a se constar da documentação fiscal ou da fatura será objeto de correção pela **CONTRATADA** e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

7.10. **PARÁGRAFO NONO.** O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, através de ordem bancária, gerada pelo SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, a agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até o prazo estipulado para o pagamento, desde que atendidas as condições exigidas acima.

7.11. **PARÁGRAFO DÉCIMO.** O(s) fiscal(is) deste contrato terá(ão) até 15 (quinze) dias, a partir da entrega, para analisar, emitir parecer técnico sobre os serviços efetivamente executados pela **CONTRATADA** e atestem a Nota Fiscal apresentada.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União de 2018, na Funcional Programática 23.695.2076.20Y3.0001, Fonte 0100, Natureza de Despesa 33.90.39, PTRES: 093327 e Plano Interno 0646PREVENT.

9. **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por representante (s) da **CONTRATANTE** designado (s) pela Secretária Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo – SNPTur à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, e que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, atualizada.

9.2. **PARÁGRAFO ÚNICO.** A fiscalização de que trata o *caput* desta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na prestação dos serviços e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE**, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei nº 8.666/93, atualizada

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante Termo Aditivo numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; e

e) cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2. **Multa de:**

11.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

11.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.3, 11.2.4 e 11.2.5 poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato



TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

11.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

12.2. **PARÁGRAFO PRIMEIRO.** As hipóteses de rescisão contratual serão formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12.3. **PARÁGRAFO SEGUNDO.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos Incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, notificando-se à CONTRATADA com antecedência, mínima, de 30 (trinta) dias corridos;

12.3.2. amigável, por acordo entre partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

12.3.3. judicial, nos termos da legislação.

12.4. **PARÁGRAFO TERCEIRO.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Instrumento serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que regem a matéria.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

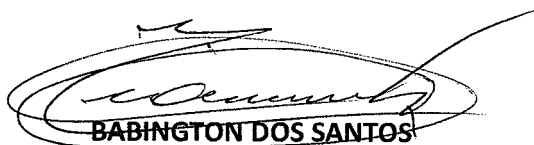
14.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93, atualizada.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato que não possam ser resolvidas administrativamente, por força do art. 109 da Constituição.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 03 de agosto de 2018.



BABINGTON DOS SANTOS

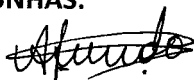
P/ CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS LEITE

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



NOME: ANA PAULA PIMENTEL AZEVEDO
CPF: 606 697 994 91

NOME:
CPF: